

## **ATO TRT13.SGP N.º 225, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025**

Institui o Programa de Valorização da Tecnologia da Informação e Comunicação – VALORIZATIC – no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região e dá outras providências.

**A DESEMBARGADORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO**, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, e nos termos do PROAD n.º 12361/2025,

**CONSIDERANDO** a Resolução CNJ n.º 370, de 28 de janeiro de 2021, que instituiu a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), estabelecendo diretrizes nacionais para o nivelamento da força de trabalho e o Índice de Pessoal Próprio de TIC (IPPTIC);

**CONSIDERANDO** a Resolução Administrativa TRT13 nº 114, de 24 de outubro de 2019, que institui a Política de Gestão de Pessoas de TIC, no âmbito do TRT-13, especialmente os princípios de valorização e desenvolvimento contínuo dos profissionais, bem como a definição formal de critérios para avaliação de desempenho e concessão de funções comissionadas baseada na complexidade e criticidade;

**CONSIDERANDO** a relevância da área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para o funcionamento institucional, suporte processual, inovação digital e continuidade dos serviços essenciais;

**CONSIDERANDO** a necessidade de adoção de políticas permanentes de retenção de talentos, ampliação de força de trabalho, incentivo à qualificação avançada, melhoria do ambiente organizacional e adequação de modelos de gestão ao contexto tecnológico;

**CONSIDERANDO** a necessidade de normatizar os procedimentos de distribuição, solicitação, movimentação e devolução de bens permanentes de TIC,

### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Instituir o Programa de Valorização da Tecnologia da Informação e Comunicação - VALORIZATIC, com a finalidade de fortalecer a estrutura funcional da Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, promover a qualificação contínua dos

profissionais, aprimorar o ambiente de trabalho e estimular práticas modernas de gestão e desempenho.

**Art. 2º** São objetivos do programa:

- I - promover evolução gradual e estruturada do quadro funcional da TIC;
- II - estimular condições de trabalho adequadas ao desempenho contínuo e inovador;
- III - reconhecer o mérito técnico e institucional da equipe de TIC;
- IV - apoiar a formação avançada e o desenvolvimento especializado; e
- V - fortalecer a permanência e atração de profissionais qualificados.

**Art. 3º** Será realizado estudo técnico comparativo da distribuição de Funções Comissionadas (FCs) na Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC em relação às unidades administrativas estratégicas do Tribunal, visando verificar a possibilidade, inclusive orçamentária, de ampliação de FCs para a área e a equiparação com unidades de mesmo nível estratégico, conforme criticidade, complexidade técnica e porte das entregas institucionais.

**Parágrafo único.** O estudo deverá contemplar indicadores qualitativos e quantitativos, apontando como resultado as metas de incremento do nível de gratificação necessário.

**Art. 4º** O Tribunal manterá, junto aos órgãos competentes na esfera federal, apoio institucional à regulamentação futura da Gratificação de Atividade Permanente de TIC – GAPTIC, como mecanismo de valorização funcional e incentivo à retenção de profissionais especializados.

**Art. 5º** Serão desenvolvidas ações permanentes destinadas à promoção de saúde laboral, ergonomia, integração de equipes, prevenção de adoecimento ocupacional e melhoria do clima organizacional na área de TIC.

**Parágrafo único.** As ações referidas no *caput* serão coordenadas por unidades responsáveis pela saúde, psicologia e gestão de pessoas no Tribunal, conforme a necessidade.

**Art. 6º** O Tribunal flexibilizará o limite percentual de teletrabalho para a área de TIC, priorizando gestão orientada a resultados, metas e entregas objetivas e mensuráveis.

**Parágrafo único.** A flexibilização do percentual deverá observar a manutenção da continuidade dos serviços e da disponibilidade operacional, bem como a

vedação do teletrabalho para os servidores ocupantes de cargos gerenciais (CJ) e outros postos de trabalho específicos que exijam, em razão de sua natureza, a execução de trabalho na modalidade presencial.

**Art. 7º** O Tribunal promoverá ações para instituir programa de incentivo à pós-graduação, promovendo capacitação avançada e aplicação prática dos conhecimentos em projetos alinhados aos desafios institucionais do Tribunal.

**Parágrafo único.** Poderão ser ofertados mecanismos de fomento, tais como afastamento parcial da jornada semanal de trabalho para estudo, participação em projetos institucionais consonantes à pesquisa acadêmica e reserva de vagas para servidores da área.

**Art. 8º** As unidades competentes apresentarão, no prazo de 90 (noventa) dias, eventuais propostas de regulamentação e itens do plano de ação relacionados aos eixos previstos nesta Resolução.

**Art. 9º** Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se e publique-se no DEJT-Adm.

**HERMINEGILDA LEITE MACHADO**  
Desembargadora Presidente